

© by Editora Escuta para a edição em língua portuguesa
1ª edição: outubro de 2016

CAPA

Ana Maria Rios Magalhães, a partir de *Black columns in a landscape*, de Paul Klee

PRODUÇÃO EDITORIAL

Araide Sanches

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C928 Crianças públicas, adultos privados/Rinaldo Voltolini (Org.). –
São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

208p ; 14x21 cm

ISBN 978-85-7137-399-0

1. Criança pública. 2. Direitos das crianças. 3. Psicanálise infantil.
4. Autismo. 5. Educação de crianças. I. Voltolini, Rinaldo.

CDU 159.964.2-053.2
CDD 618.928917

Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507

EDITORA ESCUTA LTDA.

Rua Ministro Gastão Mesquita, 132

05012-010 São Paulo, SP

Telefax: (11) 3865-8950 / 3862-6241 / 3672-8345

e-mail: escuta@uol.com.br

www.editoraescuta.com.br

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Prefácio <i>Rinaldo Voltolini</i> | 7 |
| A PSICANÁLISE NA POLÍTICA DA PÓLIS | |
| Tem a psicanálise uma eficácia qualquer contra o totalitarismo <i>Robert Levy</i> | 15 |
| A psicanálise na pólis: a psicanálise está à altura de responder sobre os problemas da pólis utilitarista? <i>Perla Zelmanovich</i> | 25 |
| A psicanálise na sociedade de ímpares <i>Rinaldo Voltolini</i> | 39 |
| CRIANÇAS DE MARTE, ADULTOS DE VÊNUS | |
| A criança de Marte, o adulto de Vênus. Podem eles se encontrar? <i>Dominique Ottavi</i> | 59 |
| Notas psicanalíticas para outra história recente da infância <i>Leandro de Lajonquière</i> | 73 |

A CRIANÇA PÚBLICA PRECOCE

- A criança pública 87
Angela Vorcaro e Tânia Ferreira
- A creche, o professor e o desejo 99
Leda Mariza Fischer Bernardino
- Bebês públicos, pais privados do poder educativo
para constituir um sujeito (e suas consequências
para a clínica do autismo) 111
Maria Cristina Kupfer

A TRANSMISSÃO NA EDUCAÇÃO ATUAL

- Não ter e ter que ter pra dar:
pobreza e amor na educação 123
Paulo Henrique Fernandes Silveira
- O filho-sinthoma e as uvas verdes da transmissão 137
Marcelo Ricardo Pereira
- Começos sem origem: por uma escola menos teleológica 151
Simone Moschen

CRIANÇA E DIREITO

- Infância e direito: criança protegida
ou superprotegida pelo Estado? 167
Luciano Elia
- Um futuro sem inscrição no tempo presente
e sem tributo ao passado:
o insidioso retorno dos tiranos e de sua horda 179
Paulo Endo
- Infância e direitos em tempos de exposição e consumo:
infância emancipada? 193
Mercedes Minnicelli

NOTAS PSICANALÍTICAS PARA
OUTRA HISTÓRIA RECENTE DA INFÂNCIA

Leandro de Lajonquière

Há aproximadamente 25 anos, o livro de Philippe Ariès *História social da criança e da família* (primeira edição francesa em 1960, primeira edição brasileira em 1978) despertava a curiosidade de pedagogos, psicólogos e psicanalistas brasileiros. Até esse momento, a sua leitura tinha ficado restrita ao círculo dos historiadores. As primeiras reações dos leitores, especialistas ou não, não foram muito diferentes das acontecidas na França anos antes. Por um lado, concluíam-se que a infância fora ignorada pelos adultos, até que ela veio a ser descoberta repentinamente na modernidade. Por outro lado, a noção proposta por Ariès — o sentimento de infância — fora entendida como um indicador do apreço ou do amor adulto para com as crianças.

No entanto, o próprio autor tentou demarcar seu trabalho de ambas as conclusões no prólogo que escrevera para a reedição de sua obra em 1973, bem como numa entrevista que concedera ao psicanalista Jean-Baptiste Pontalis em 1979. Ariès ponderou algumas das objeções levantadas no sentido de ser impossível datar de forma clara e distinta a emergência do sentimento da infância: trata-se de uma emergência paulatina. No entanto, continuou afirmando que o dito sentimento é próprio aos tempos modernos, relativizando assim as objeções no sentido contrário baseadas em fatos históricos isolados

que supostamente teria desconhecido. Embora não o tenha dito nesses termos, ele lembrou seus críticos que um copo com água pela metade está tanto 50% cheio quanto 50% vazio. Finalmente, esclareceu a aqueles que tomaram o sentimento de infância como indicador do amor adulto que simplesmente não só essa nunca tinha sido a sua ideia, bem como ainda que quem assim tivesse lido sua obra, então, nada tinha compreendido.

Mas qual o interesse de voltarmos nesta oportunidade à obra de Ariès? Porque ela continua sendo, em meu entender, a chave para nos situarmos no debate atual sobre a infância e seus destinos. Pessoalmente, creio que Ariès tanto atirou certo no que viu quanto acertou também no que não via e que agora eu posso ver graças a sua genialidade.

Aquilo que Ariès descreveu como sentimento de infância é mesmo inerente aos tempos modernos, tendo adquirido contornos nítidos de vez nos últimos 250 anos. Isto é importante, pois diz da diferença existente entre os tempos históricos. Mas esse sentimento nada diz do amor ou simpatia adulta pelas crianças, portanto de nada serve argumentar, como o fizeram alguns críticos, que fulana ou fulano ficaram mais ou menos ressentidos pelo falecimento de uma criança em tempos medievais. E por quê? Pela simples razão que, embora não totalmente independentes nos dias de hoje, o sentimento de infância não deve ser confundido nem com o amor, nem com a simpatia dos adultos. O que Ariès assinalou de forma pioneira abrindo assim a brecha para uma história das mentalidades — seguindo sem o saber certas pegadas freudianas? — foi que nossa vida cotidiana e seus pequenos detalhes estão em permanente mudança dando lugar à emergência de sentimentos novos, como precisamente aquele objeto de suas preocupações: o relativo à infância. A noção proposta só diz que nossos ancestrais passaram a se ocupar — e se preocupar — das crianças e do futuro delas como nunca o tinham feito antes. Provas dessa preocupação generalizada foram a exclusão das crianças da mundanidade adulta da qual tinham até então participado, da qual a escolarização da infância e o imperialismo pedagógico foram peças-chave, bem como

a preocupação pela sobrevivência delas. Mas ainda, conforme Ariès responde a Pontalis, rebatendo a crítica de alguns marxistas, não haveria uma chave explicativa para semelhantes mudanças psicológicas, comumente relegadas pelos historiadores.

Em *Figuras do infantil* (2009) creio haver conseguido apresentar uma síntese do que a leitura do livro de Ariès me permitira elaborar nestes anos.

Confesso que encampeei — não sem esforço — a ideia sobre a falta de uma chave explicativa única para as mudanças históricas. Coisa nada fácil tamanha a vontade teleológica generalizada em se encontrar a explicação das explicações. Por sinal, nem sequer o campo psicanalítico foi — e ainda é — imune a ela: lembre-se a pregnância da ideia do declínio do pai na família elevada a chave explicativa da marcha ascendente ou descendente da humanidade! Não há chave explicativa, pois não há *telos* algum a ser explicado. Mais ainda, não havendo *telos* não há então desvios: há diferenças que fazem história. Isto é importante, pois não poucos incorrem não poucas vezes no descuido de afirmar, por exemplo, que hoje amamos mais as crianças que antes, que hoje somos mais felizes ou menos que antes, que hoje somos mais ou menos família que antes, ou simplesmente que hoje somos mais humanos ou inumanos que antes. Pois é, parece ser duro parar para pensar, sem ter certeza de onde viemos e para onde vamos, em outras palavras, é difícil raciocinar considerando a incomensurabilidade entre os tempos que retira da história toda moral. Assim sendo, o sentimento de infância, que demorou em vingar tanto quanto a própria modernidade, bem pode vir a esfumar-se no ar como, por sinal, o próprio Ariès o assinalara há quarenta anos na entrevista a Pontalis, dando lugar assim a outra coisa diferente da qual não poderíamos predicar ser mais ou menos humana que a precedente.

E claro que, chegados a este ponto, devo confessar que não estou seguro que Ariès viesse a acolher todas as consequências que eu tiro de seu estudo. Pessoalmente, não posso acompanhá-lo quando fala em termos de descoberta da infância pelos modernós, nem quando afirma que a velha sociedade

tradicional representava mal a criança. Creio que nosso autor não leva até o extremo seu próprio raciocínio. Continua pensando na existência de uma criança e de uma infância por fora do tempo que, desconhecidas ou mal representadas numa época, passariam a sê-lo com devida propriedade numa outra posterior. Justamente, não devemos confundir as crianças de carne e osso e o sentimento de infância. Das primeiras sempre houve, bem como sempre haverá na medida em que continuemos a trazê-las ao mundo, pouco importando a forma. Ao contrário, o sentimento de infância repertoriado por Ariès é histórico e nesse sentido qualificado de moderno, marcando-se assim a sua transitoriedade. Por outro lado, o sentimento de infância não é nem mais nem menos adequado às crianças de antes, de hoje ou de amanhã. Não há de fato conaturalidade entre o primeiro e as segundas. Por sinal, creio ser essa a tese central de meu livro que pretende desmitificar o fato de as crianças de hoje estarem prestes a perder a infância à qual naturalmente fariam jus, conforme alerta, dentre outros, Neil Postam (1982). Em suma, há crianças de carne e osso sempre no interior do curso da história pelas quais os adultos nutrem os mais diversos sentimentos. Isto posto, não devemos concluir apressadamente que todas as formas históricas de acolhermos as crianças que chegam ao mundo sejam equivalentes entre si ou, em outras palavras, que deem no mesmo para esses seres pequenos.

Nesse sentido, para sair do atoleiro de se afirmar simultaneamente a incomensurabilidade dos tempos históricos e a falta de conaturalidade entre crianças e sentimentos adultos, propus a meus leitores na esteira do que aprendi de/da psicanálise a ideia de que o mundo adulto produz ou fabrica uma *infância trifásica*.

A matéria-prima para a produção da infância é o *infans*: cria *sapiens*, privada de fala tanto humanamente indeterminada quanto impossibilitada de ser animal. Em suma, *infans* é o nome de uma indeterminação biológica muda lançada ao campo da palavra e da linguagem.

O fato de não termos sido sempre falantes — *palavrantes* —, de termos atravessado a condição de *infans*, faz da infância uma experiência singular, própria à cria *sapiens* e alheia às máquinas e aos animais. A cria *sapiens* é lançada à linguagem, porém, mesmo assim, tem que ser capturada por ela, tem que ser sujeitada. Todavia, a captura não é total, e isto em dois sentidos. Por um lado, a linguagem é capaz de armar circuitos neurônios, mas não transmuta a natureza orgânica da célula na “materialidade sutil” da linguagem — no dizer de Lacan; por outro, instala-se uma diferença no seio mesmo da linguagem, sob a forma de quiasma, entre *língua* e *palavra*.

Sobre a indeterminação *infans* o mundo adulto produz uma *infância trifásica*:

1) A infância como *tempo de espera* simbolizador da dita minoridade da criança com relação ao comércio sexual, aos mundos do trabalho e da política.

2) A infância como realidade psíquica, resultado da conquista de um lugar de palavra numa história em curso que toda criança deve pleitear para assim não ficar à beira da estrada plantada a ver navios.

3) O *real da infância* ou suplemento infantil que, cindindo a realidade psíquica produzida, abre o conjunto de operações à sobredeterminação. Esse resto infantil não cessa de não se inscrever e, portanto, relança sobre si mesmo o processo instituinte de uma infância singular no decorrer do tempo.

Assim sendo, a infância não é nenhuma substância psíquica pré-linguística nem uma realidade anistórica. Ela é — retomando a tese de Giorgio Agamben (1978) — a mesmíssima experiência da transcendência da linguagem experimentada por todo aquele que habita a palavra.

Nenhuma criança pode ter uma infância supostamente adequada à sua natureza infantil como se supõe à ligeira. Paradoxalmente, só se pode “ter” uma infância como perdida no *après coup* do esgotamento do tempo de infância instituído pelo mundo adulto. A infância, nesse sentido, é efeito da expropriação operada pela linguagem pela produção sobre a *cria sapiens*

de um sujeito como realidade assintótica¹ ou efeito de um cálculo diferencial no discurso.

A infância é objeto de inflexões tanto múltiplas quanto históricas. O fato de tratarmos todas as infâncias produzidas como sendo *A Infância* no singular é a prova do caráter tanto universal quanto natural sonhado hoje em dia para a infância. Talvez seja por isso que toda diferença histórica é tida ora como invenção d'A Infância ora como indicador de seu desaparecimento. Assim sendo, houve, há e continuará a ter infâncias sempre e enquanto os adultos continuarem a trazer crianças a este mundo, embora não necessariamente aquela infância, efeito do sentimento adulto repertoriado por Ariès na modernidade. Os nossos precursores modernos nada descobriram de essencial nas crianças que os predecessores tivessem ignorado, eles simplesmente inventaram aos poucos e nos pequenos detalhes da vida cotidiana o que antes não existia e que hoje talvez esteja dando provas de seu esgotamento: uma forma singular de se ocupar e se preocupar das crianças.

Nesse sentido, nenhuma criança corre o risco de se ver privada da infância, pensada como uma idade natural da vida inerente ao desenvolvimento natural de suas capacidades — é claro — também naturais. Porém, que hoje o mundo adulto não incorra num pecado contranatural no que tange à educação das crianças, isso não nos autoriza a dormir tranquilos.

Toda criança deve conquistar para si um lugar de palavra numa história em curso. Semelhante façanha não lhe é dada de bandeja; a criança deve precisamente procurar esse lugar para si a despeito dos sonhos adultos que a sonham num outro lugar. Para que tal coisa seja possível, a criança deve se lançar à empresa. Pode que sim, pode que não. Lembremos que Freud qualificava toda escolha de inconsciente. Por outro lado, ao mundo adulto cabe estar embalado por sonhos que tanto devem reservar um lugar quanto ser capazes de aceitar que a criança possa vir a dele se descolar, isto é, que ela possa vir a falar de outro

1. Assíntota: tangente a uma curva em um ponto infinito.

lugar inexistente no *script* sonhado. Nesse sentido, em lugar de reclamarmos pelo desaparecimento de uma forma natural de ser criança, bem como de festejarmos qualquer novidade histórica como sendo o indício da liberação de crianças oprimidas de viverem *seu* mundo ou *sua* cultura infantil, cabe-nos interrogar qual lugar o mundo adulto reserva hoje nos seus sonhos a esses seres pequenos que chamamos crianças.

Aqui reside precisamente a utilidade epistemológica do aparelho teórico que há tempo propus para pensarmos as vicissitudes da transformação do sentimento moderno de infância e os destinos passíveis de serem descortinados para as crianças.

*

* *

Certa vez, vi-me confrontado à pergunta seguinte que creio ser oportuno lembrar no contexto do presente raciocínio: Crianças de Marte, adultos de Vênus: podem eles se encontrar?² Evidentemente, respondi que isso era tanto possível quanto impossível e que tudo dependia de como desdobrássemos a pergunta.

Se os referidos Marte e Vênus fossem respectivamente os deuses romanos da guerra e do amor (Ares e Afrodite na mitologia grega), então, a pergunta estabelece uma ligação entre as crianças e a guerra, bem como entre os adultos e o amor. Assim sendo, podem a guerra e o amor se encontrar? A resposta é não, conforme nossa representação corriqueira de ambos: ou fazemos o amor, ou fazemos a guerra. Porém, ambas as divindades se encontravam nessa espécie de cambalacho dinástico familiar que era o mundo divino dos gregos e dos romanos. Freud que de certa forma via o mundo adulto com os mesmos olhos que os antigos enxergavam o dos deuses, afirmou que o amor e a guerra são animados pela combustão de uma mesma energia humana que chamou *libido* de natureza sexual e infantil. Assim

2. Título da mesa-redonda na qual participei no 10º Colóquio Internacional do LEPSI – Crianças públicas, adultos privados, realizado na USP entre os dias 6 e 8 de novembro de 2014.

sendo, crianças e adultos bem podem se encontrar tanto quanto é possível fazer a guerra amando ou fazer o amor guerreando.

No entanto, deixando de lado a mitologia e considerando que a pergunta pode simplesmente pressupor que crianças e adultos habitem planetas diferentes, a nossa resposta também é dividida. Ambos tanto podem vir a se encontrar quanto não. Por sinal, lembro ter dado de cara há alguns anos numa livraria com um livro cujo título era algo do tipo: *Extraterrestres em sala de aula*. Não lembro o autor, mas sim o argumento que era mais ou menos o seguinte: nos dias de hoje não haveria mais crianças nas salas de aula, mas extraterrestres, tamanha a impossibilidade de nos comunicarmos com elas. Tentei localizar o livro quando da escrita deste ensaio, mas misteriosamente não o localizei. Será uma manobra alienígena? Ou simplesmente sonhei com a existência do livro? Pouco importa, pois a possibilidade de que as crianças de hoje habitem outras terras tem lugar garantido em nossos sonhos atuais. Embora na minha infância isso também já era tido como possível. Os adultos costumavam dizer, quando uma criança não prestava a devida atenção, que ela estava na lua de Valência. No entanto, há uma diferença importante a ser observada: não é o mesmo dizer que a criança está na lua de Valência — e pouco importa quão longe esta fique — que a criança não é mais uma criança, pois aquelas às quais nos endereçamos agora nas salas de aula não passam de extraterrestres.

Justamente em *Figuras do infantil* (2009) propus o extraterrestre como uma das figuras possíveis do infantil junto às do estrangeiro e do selvagem. No contexto, do aparato conceitual proposto na oportunidade, afirmei ser o estrangeiro a única figura que abre a porta para um destino que não seja funesto para a criança que chega ao mundo. Ao contrário, as outras duas seriam indicadores de que alguma coisa não cheira bem na infância trifásica. Nem o selvagem, nem o extraterrestre são figuras que assentam bem a uma criança. Não por exprimirem uma contranatureza infantil, mas pelo simples fato de serem o produto de um funcionamento não metafórico da infância e,

portanto, incapaz de simbolizar a diferença — o real infantil — em causa em todo tempo de infância. Em outras palavras, ambas as figuras, se colarem na criança, acabam tornando de difícil acontecimento a tarefa desta — conquistar para si um lugar de palavra nos sonhos de outros.

Nesse sentido, a pergunta em pauta merece ser respondida pela negativa. Crianças e adultos habitantes de planetas diferentes não podem se encontrar, pois cada um está habituado a virar as costas para o outro.

Porém, por outro lado, a pergunta merece uma resposta afirmativa. Crianças e adultos habitantes de mundos diferentes podem bem se encontrar, mas sempre e quando o adulto acolha a criança como um estrangeiro passível de se tornar mais um familiar, conforme já afirmara *Figuras do infantil* (2009).

No entanto, nossa resposta afirmativa introduz uma variante: não se trataria mais de planetas, mas de mundos. Efetivamente, crianças e adultos habitam mundos diferentes mesmo que pisem um mesmo e único planeta. Tal coisa não deve nos surpreender, pois o transcorrer do tempo é irreversível. No seio dessa irreversibilidade a criança cavouca um lugar para si num mundo que já não é mais o adulto. Em outras palavras, ela se separa do adulto no instante mesmo em que ambos se encontram. E aqui, talvez, *caia como uma luva*, como se diz em português, parafrasear a expressão dos franceses para o desencontro — *um rendez-vous manqué* — e afirmar que todo encontro entre habitantes de mundos diferentes não deixa de ser também um desencontro. Talvez resida aí o interesse de todo encontro, bem como particularmente o interesse da vida cotidiana junto às crianças.

Mas chegados a este ponto, cabe interrogarmos o porquê de o extraterrestre ter de fato virado nos dias de hoje uma figura possível do infantil. Certamente, algo deve ter se alterado na economia do sentimento moderno de infância repertoriado por Philippe Ariès. Por sinal, ele mesmo observa nessa entrevista concedida a Pontalis que a *criança-mártir* ou *vítima* estaria prestes a tomar o lugar da *criança-rainha* que atravessara do século XIX para o XX.

Após nosso historiador, outros fizeram a mesma constatação, como Laurence Gavarini e Françoise Petitot (1998).

Como poderíamos pensar tamanha substituição? Mais ainda, qual a relação entre a criança vítima e o extraterrestre? Não significa encontrar a causa, mas apenas se precisar as forças que estariam em jogo no decorrer da história em curso.

A criança-rainha foi fabricada pela singular ocupação e preocupação que os adultos começaram a nutrir a respeito das crianças no decorrer dos tempos modernos. A vida junto às crianças foi se alterando. Elas foram retiradas paulatinamente tanto das ruas quanto das casas e das oficinas dos outros onde aprendiam coisas do mundo adulto para serem colocadas em escolas e internatos com vistas a se prepararem para algum dia estarem prontas para entrar de vez no mundo dos grandes. Passaram a ocupar um lugar central na família, que, por sua vez, passou a se fechar ao olhar dos outros. Mas essas mudanças que tocavam em cheio à família e às suas crianças deram-se simultaneamente a outras. Por exemplo, foi-se instaurando aos poucos uma diferença entre público e privado, entre a sociabilidade e a intimidade. Nesse processo, a religião deixou aos poucos de dar fundamentos à vida pública, à política e à ciência para tão só passar a dar reconforto à alma de uma parte dos homens modernos. Já para a outra parte, a religião nem sequer conservou essa qualidade. Em suma, o mundo do homem cujas fronteiras o humanismo renascentista começara a expandir acabou virando um universo aberto por definição e mais ainda tencionado pelos sonhos de um tempo futuro que não seria mais a reiteração do passado. Nesse sentido, chegou a ser possível que alguém balbuciasse no século XIX — pouco importa que tenha sido o baixinho Napoleão Bonaparte no meio da conversa que teve com o escritor Goethe —: *a política é o destino* marcando de vez a diferença com o mundo escrito de antemão que antigos habitaram.

Os espíritos se revolucionaram na passagem do século XVIII para o XIX. Eles fizeram seu o sonho de Rousseau e assim deram novas energias ao século extinto das Luzes: sendo

injustificados os privilégios de origem, a liberdade do homem consiste em autorizar-se de si mesmo junto a outros para assim contratar (tratar com, isto é, dar tratamento junto com os outros) a vida na terra. Assim, um novo humanismo emergiu. Entre aquele dos renascentistas e este outro dos revolucionários uma diferença se estabeleceu. Aquele era estático, fixo no interior dos limites essenciais de uma natureza humana; este outro, moderno, pelo contrário implicava a liberdade do homem de deixar para trás as ataduras da mesma, graças à palavra, agora liberada. Foi precisamente a liberação da palavra que tanto aninou a sátira de Voltaire quanto a *Convention nationale*³ que enterrou o antigo regime. A palavra assim laicizou-se, perdendo lastro fundamentalista. Por sinal, a própria experiência freudiana é tributária dessa mesmíssima liberação da palavra⁴ na modernidade.

Nesse sentido, foi possível que no século XX alguém — Jean-Paul Sartre — afirmasse que o homem é condenado a ser livre. Condenado, porque não autoengendrado, mas ainda livre, pois uma vez lançado ao mundo é responsável de tudo o que faz quanto implicado em tudo aquilo que fala ou cala.

Como afirmei em *Figuras do infantil* (2009), as crianças passaram a ser depositárias da diferença que os modernos aos poucos foram projetando para a frente e, assim, abrindo no ponto de fuga do horizonte a possibilidade de um tempo futuro. Ocupar-se e preocupar-se com as crianças era gestar uma diferença no âmago dos tempos, e assim a criança passou a ser a rainha num tempo em que os reis começaram a deixar de reinar.

Entretanto, a *criança-vítima* é aquela cujo reinado não brilha mais. Enquanto a criança-rainha era o duplo de adultos preocupados e ocupados, esta outra é o duplo de um mundo adulto que não se interessa mais por elas. O desinteresse, o

3. A Convenção nacional foi a assembleia que governou a França, logo após a destituição de Luis XVI, entre 1792 e 1795; tendo sido eleita pelo sufrágio universal masculino, deu ao país a sua primeira constituição republicana.

4. Sem ela, a ciência moderna não teria sido suficiente para fazer emergir a psicanálise no final do século XIX.

fastio e a hostilidade adultos para com a criança retornam como todo recalcado, dando assim corpo a uma criança sempre vítima dos adultos. A criança-vítima é o reverso da majestade daquela anterior. Aquela que era fundo passou a ser figura, indicando assim que a correlação das forças do mundo, que outrora fabricou a majestade da criança, fora alterada.

Mas — atenção — a *criança-vítima* faz as vezes daquela árvore que não deixa ver o bosque. Sonhamos para assim reconfortarmos nossa consciência. Isto é, para não darmos de cara com aquela figura do infantil que emerge do umbigo dos sonhos atuais que é o *extraterrestre*. Esta é a matriz daquela primeira — sua máscara.

Para as crianças de hoje, não é bom augúrio. Porém, como o tempo não volta atrás, só cabe libertar as forças do futuro aqui na terra, e para tanto devemos começar por interrogar essa tentativa dos adultos de enviar as crianças para outro mundo, isto é, devemos interrogar essa mania de lhes virar as costas como se elas fossem extraterrestres dos quais pretendemos escapar.

Referências

- AGAMBEN, G. (1978). *Enfance et histoire – destruction de l'expérience et origine de l'histoire*. Paris: Payot, 1989.
- ARIÈS, Ph. (1960). *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1973.
- _____. L'enfant (Entretien). In: PONTALIS, J.-B. *L'enfant*. Paris: Gallimard, 1979.
- GAVARINI, L.; PETITOT, F. *La fabrique de l'enfant maltraité*. Ramonville: Erès, 1998.
- LAJONQUIÈRE, L. *Figuras do infantil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- POSTMAN, N. (1982). *O desaparecimento da infância*. São Paulo: Graphia, 1999.
- SARTRE, J.-P. *L'existencialisme est un humanisme*. Paris: Gallimard, 1948.